

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E EMANCIPAÇÃO

Geovana Sousa Neves Pena¹
Rebeca Cecília Pacheco Ferreira²
Leonildo Nazareno do Amaral Guedes³

RESUMO

A avaliação da aprendizagem busca identificar avanços e desafios no processo formativo dos estudantes, contribuindo para sua trajetória educacional ao fornecer subsídios para a reflexão e a tomada de decisões pedagógicas. O presente estudo teve como objetivo analisar a produção da comunidade científica, divulgada em periódicos brasileiros, sobre a relação entre avaliação educacional e emancipação. Nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico foram inseridas palavras de busca, que resultou em 4 estudos selecionados. Dessa forma, foram analisadas as obras de Miranda (2010), Ferreira (2013), Silva e Silveira (2018) e Netto e Castro (2023). As informações obtidas dizem respeito aos objetivos, métodos, referencial teórico e conclusões. Esta pesquisa se fundamenta, em termos teóricos, nas reflexões de Freire (1987), Saul (2015) e, sobretudo, de Luckesi (2011), que propõe uma ruptura com a lógica classificatória e punitiva da avaliação escolar tradicional. Dentre os resultados, observa-se que ainda prevalecem práticas marcadas por contradições e resquícios de modelos reguladores, voltados mais à normatização/ controle do comportamento do que à formação crítica dos sujeitos. O quantitativo de estudos encontrados também evidenciam uma considerável escassez de trabalhos acadêmicos que abordem essa temática de forma aprofundada, reverberando tanto o desenvolvimento teórico quanto na elaboração de novas práticas pedagógicas e avaliativas como formar de contribuir na transformação do sistema vigente.

Palavras-chave: Avaliação Educacional, Emancipação, Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A avaliação é uma etapa importante do processo de ensino-aprendizagem, seja na educação básica ou no nível superior, pois, dentre várias concepções de seu uso, ela proporciona a verificação dos aspectos positivos e negativos do desenvolvimento do aluno e contribui para sua formação. Entretanto, no sistema educacional vigente, é predominante o uso da avaliação em uma perspectiva classificatória e excludente, pautada na desvalorização daqueles que não atingem o rendimento almejado. Dessa forma,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, geovanapena03@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, rebecaceciliapacheco@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em Antropologia, Faculdade de Ciências da Educação - UFPA, guedesleonildo@gmail.com.



entende-se que para melhor formação dos educandos é necessário o rompimento dessa proposta, e direcionar a atenção para uma avaliação de caráter mais democrático e emancipatório, na qual o processo não se restringe às notas, mas com a efetivação da aprendizagem, como afirma Saul (2015, p.1307) “‘pensar e fazer avaliação’ exigem clareza em relação às finalidades da prática, inserida em uma moldura de educação que tem como horizonte humanização do ser humano”.

A partir das discussões e leituras realizadas dentro do componente curricular “Avaliação educacional”, do curso de pedagogia da UFPA/ Campus do Marajó-Breves, nota-se a presença de uma relação antagônica entre a avaliação e emancipação. Dessa forma, surge o interesse de desenvolver este estudo em busca de enriquecer o conhecimento sobre a temática, visto que entendemos que o processo de emancipação é essencial para o exercício de um pensamento crítico e, assim, desenvolver autonomia para tornar-se um cidadão consciente.

Tendo em vista a importância da avaliação educacional no processo de formação dos educandos, foi realizada a presente pesquisa com o objetivo de analisar a produção nacional sobre a relação entre avaliação educacional e emancipação.

Este estudo pode contribuir ao instigar pesquisadores e educadores a atentarem-se para o potencial transformador da avaliação emancipatória, compreendida como uma prática que valoriza o diálogo, a escuta ativa e a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Ao lançar luz sobre essa abordagem ainda pouco explorada nas práticas escolares cotidianas, a pesquisa pode subsidiar a formulação de novas investigações e intervenções que visem à construção de processos avaliativos mais justos, críticos e alinhados com uma educação comprometida com a emancipação social, que reconheça as potencialidades dos alunos e os estimule à participação cidadã. Dessa forma, Freire (1987, p. 46) afirma que “o homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado.”

Com isso, compreende-se que a avaliação, quando pensada de forma diferente do modelo convencional, pode contribuir para que os estudantes reconheçam sua capacidade de agir, transformar a própria realidade e participar ativamente da sociedade como sujeitos de direitos.



METODOLOGIA

Para sua implementação, foi escolhida a abordagem qualitativa, sendo que o tipo de pesquisa foi a bibliográfica. Esta abordagem é muito utilizada nas ciências humanas e sociais, com o objetivo de compreender fenômenos complexos que não podem ser resumidos aos estudos de mensuração, como afirma Minayo (2016) “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”. É de suma importância, pois permite trabalhar sem perder seu foco natural diante de um objeto complexo e dinâmico, “dada a sua relação imediata com os problemas sociais e a sua posição particular a meio caminho entre a narrativa e o estudo científico” (Bogdan, Biklen, 1994, p. 23).

A pesquisa bibliográfica é uma metodologia de pesquisa que se baseia na leitura, análise e interpretação de materiais publicados sobre determinado tema. Segundo Gil (2009, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Os documentos selecionados foram resumos de artigos publicados em periódicos nacionais *online*. Essa seleção deu-se a partir da consulta à *home page* das seguintes bases de dados: Portais SciELO (<https://www.scielo.br/>), Portal de Periódicos da CAPES (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez3.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html>), e Portal Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/?hl=pt-BR&as_sdt=0,48), consideradas como as bases representativas de publicações do Brasil. A busca nesses portais indexadores de revistas nacionais foi iniciada no dia 24/06/2025 e finalizada no dia 27/06/2025; não se estabeleceu limite temporal do material a ser selecionado, tendo em vista localizar o maior número possível de documentos sobre a relação entre avaliação educacional e emancipação. Os termos utilizados foram: “avaliação cidadania”, “avaliação emancipação”, “avaliação escolar cidadania”, “avaliação escolar emancipação”, “avaliação desenvolvimento cidadania”, “avaliação desenvolvimento emancipação”, “avaliação aprendizagem cidadania”, “avaliação aprendizagem emancipação” e “avaliação aprendizagem cidadania emancipação”.

Ao todo, 06 publicações sob a forma de artigos, teses e dissertações foram obtidos em formato PDF. Os títulos, resumos e palavras-chave dessas produções científicas foram lidos com o objetivo de selecionar os documentos para a análise, no presente trabalho. Excluíram-se resumos que, apesar de citar, não tinham como foco a relação entre avaliação educacional e emancipação. Reuniu um total de 4 publicações. A partir da



leitura dos resumos, retiraram-se as seguintes informações: objetivos, métodos, referencial teórico e conclusões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre a avaliação educacional e seu potencial emancipatório encontra respaldo nas reflexões de Freire (1987), Saul (2015) e Luckesi (2011), que convergem na defesa de uma prática avaliativa comprometida com a formação crítica e a autonomia dos sujeitos.

Para Freire (1987), a educação é um ato político e libertador, pautado no diálogo e na problematização da realidade, o que implica compreender a avaliação como momento de reflexão e não de punição. Nessa perspectiva, avaliar significa possibilitar ao educando reconhecer-se como sujeito do processo de aprendizagem.

Saul (2015) amplia essa compreensão ao propor a avaliação emancipatória, entendida como prática investigativa e participativa, que se constitui no coletivo e valoriza os saberes e as experiências dos estudantes.

Luckesi (2011), por sua vez, critica o caráter autoritário e classificatório da avaliação tradicional e defende uma mudança de paradigma em direção a uma avaliação mediadora, que promova o desenvolvimento integral dos educandos e fortaleça sua participação democrática.

Assim, a base teórica deste estudo fundamenta-se na defesa de uma avaliação que, mais do que medir resultados, contribua para a emancipação humana e para a transformação das práticas pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 1, a seguir, apresenta a identificação das produções analisadas.

QUADRO 01: DESCRIÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

AUTOR / PESQUISADOR	TÍTULO DA PESQUISA	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO	ORIENTADOR	UNIVERSIDADE
Flavine Assis de Miranda	Avaliação educacional no interior amazônico: entre a regulação e a emancipação	Tese	2010	Prof. Dr. Cláudio Benedito Gomide Souza	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho.



Lilian Faria Ferreira	Práticas avaliativas mediatizadas por tecnologias digitais: educação para o trabalho em contexto de promoção da cidadania	Dissertação	2013	Profª. Dra. Maria da Graça Moreira da Silva	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-USP
João Luís Coletto da Silva e Éder da Silva Silveira	Avaliação emancipatória do ensino médio politécnico: experiências etnográficas na educação física	Artigo	2018		Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)
Otávio Patrício Netto e Cloves Alexandre de Castro.	Ensino médio integrado e a avaliação como instrumento de emancipação.	Artigo	2023		Instituto Federal Catarinense (IFC) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental

Quanto aos objetivos das pesquisas, verificamos que Miranda (2010) buscou identificar no processo de regulamentação da avaliação educacional, no município de Rolim de Moura, práticas de participação da comunidade escolar que propiciem a ação social e política emancipatória dos sujeitos envolvidos. Ferreira (2013) buscou identificar características particulares da concepção de avaliação educacional atribuídas pelos alunos às práticas avaliativas vivenciadas na 5ª turma do curso “A Conquista da Cidadania LGBT”. Silva e Silveira (2018) elegeram a análise das experiências de avaliação da Educação Física escolar com a “avaliação emancipatória”, denominação utilizada durante a vigência da reforma curricular ocorrida na rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul em 2012, e que vigorou até 2016. Netto e Castro (2023) estudaram como a avaliação da aprendizagem pode ser conduzida de forma a contribuir para a proposta de ensino médio integrado, com vistas à formação integral do sujeito, potencialmente colaborando para transformações na realidade dos estudantes e, por meio destes, na sociedade.

Referente aos métodos mencionados, observou-se que Miranda (2010) utilizou o método de pesquisa participante, utilizando como técnicas para coletas de dados os



questionários, formulários, registros de campo, observações participantes e análise documental.

Ferreira (2013) também utilizou o método de questionários, entrevistas e análise documental.

Silva e Silveira (2018) adotaram a abordagem qualitativa e etnográfica, através de entrevistas, observação participante e análise documental. Netto e Castro (2023) declararam como método a pesquisa bibliográfica, utilizando a revisão bibliográfica e materialismo histórico-dialético.

Sobre os teóricos priorizados na fundamentação das pesquisas, destaca-se Boaventura de Sousa Santos nos estudos de Miranda (2010). Ferreira (2013) direcionou seus estudos aos autores Rodrigues, Bonniol e Vial. Silva e Silveira (2018) utilizam como referencial teórico Alves, Pontes, Scherer e Vianna. Netto e Castro (2023) destacam Luckesi, Portilho, Pacheco, Freire e Libâneo.

Focalizando as conclusões das pesquisas, verificamos que as conclusões de Miranda (2010) apontam que a comunidade pesquisada mostrou que prefere pensar na produção de conhecimentos propiciadores da ação em termos emancipatórios e acredita na avaliação como um instrumento importante que ajudará a decidir bem no presente e construir um futuro que caiba dentro dessas possibilidades. Ferreira (2013) apresentou que a maioria dos respondentes considerou ter passado por experiências relacionadas à avaliação educacional como emancipação no decorrer do curso. Além disso, pode-se dizer que houve coerência entre as práticas avaliativas vivenciadas e os objetivos de capacitação do curso. Silva e Silveira (2018) concluíram que distintas tensões e contradições ocorreram nas práticas avaliativas, e também ficou evidente a presença de elementos que as influenciaram no sentido da manutenção da regulação, e não da participação e da emancipação. Netto e Castro (2023) enfatizaram que a metacognição pode colaborar para uma atuação mais ativa e consciente por parte do estudante, com potencial de gerar benefícios em seu processo de ensino e aprendizagem e em outros aspectos da sua vida.

Diante dessas conclusões, observa-se que, embora algumas experiências evidenciem aproximações com uma avaliação de caráter emancipatório, ainda prevalecem práticas marcadas por contradições e resquícios de modelos reguladores, voltados mais à normatização do comportamento do que à formação crítica dos sujeitos. Essa realidade dialoga com as reflexões de Luckesi (2011), que critica a função autoritária



da avaliação escolar tradicional e propõe uma ruptura com a lógica classificatória e punitiva. Para o autor,

A avaliação, neste contexto, não poderá ser uma ação mecânica. Ao contrário, terá de ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social (Luckesi, 2011, p. 93).

A ausência de práticas consolidadas nesse sentido, como demonstram os estudos analisados, reforça a urgência de adotar concepções avaliativas comprometidas com a emancipação e com a efetivação dos direitos educacionais de crianças, adolescentes e demais sujeitos historicamente marginalizados no processo educativo.

Nesse sentido, é importante destacar que a avaliação emancipatória é uma prática que valoriza o diálogo, a escuta ativa e a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo. No entanto, apesar de seu potencial transformador, observa-se uma considerável escassez de trabalhos acadêmicos que abordem essa temática de forma aprofundada. Essa lacuna gera uma série de problemáticas que comprometem tanto o desenvolvimento teórico quanto a aplicação prática desse modelo avaliativo.

Portanto, a ausência de produções escritas mais consistentes impede que a avaliação emancipatória seja plenamente compreendida e, conseqüentemente, aplicada nos contextos educacionais e sociais. A falta de estudos sobre o tema traz como consequência que essa abordagem permaneça restrita a ambientes acadêmicos mais engajados com a pedagogia crítica, dificultando o acesso de outros profissionais da educação a essa proposta avaliativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou analisar a produção científica brasileira sobre a relação entre avaliação educacional e emancipação, buscando compreender as contribuições e perspectivas presentes nas pesquisas recentes.

Os estudos aqui analisados evidenciaram que, apesar do reconhecimento do potencial transformador da avaliação emancipatória, ainda há uma escassez significativa de investigações aprofundadas que explorem essa temática de maneira crítica e que tragam exemplos práticos de como ela pode ser colocada em prática no cotidiano escola. As pesquisas encontradas destacam a importância de práticas avaliativas que valorizem o diálogo, a autonomia e a participação dos sujeitos, mas revelam também uma



predominância de modelos tradicionais, classificatórios e excludentes na prática educativa.

As pesquisas tendem a apontar para a necessidade de ampliar a abordagem da avaliação como ferramenta de emancipação, incorporando dimensões que envolvam a escuta ativa, a participação democrática e o desenvolvimento da autonomia crítica dos educandos. Entre as limitações identificadas, destaca-se a pouca diversidade de contextos analisados e a falta de estudos que envolvam diretamente a voz dos estudantes e dos educadores na construção dos processos avaliativos. Ademais, ressalta-se a necessidade de uma perspectiva transversal na aplicação dessa forma de avaliação, uma vez que, nos estudos analisados, observa-se um discurso restrito às atividades desenvolvidas em uma disciplina ou área específica, quando, na verdade, a avaliação emancipatória pode, e deve, ser explorada em todas as áreas do conhecimento.

Dessa forma, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação das práticas avaliativas emancipatórias em diferentes realidades educacionais, ampliando o diálogo entre teoria e prática. Além disso, é fundamental incluir no debate os sujeitos envolvidos, reconhecendo suas experiências e saberes, para que a avaliação cumpra seu papel de promover a formação integral e a emancipação social.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos**. Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.

FERREIRA, Lilian Faria. **Práticas avaliativas mediatizadas por tecnologias digitais: educação para o trabalho em contexto de promoção da cidadania**. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo. In: LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. cap. 6, p. 75-93.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp: 9-28.



MIRANDA, Flavine Assis de. **Avaliação educacional no interior amazônico: entre a regulação e a emancipação.** Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

NETTO, Otavio Patrício; CASTRO, Cloves Alexandre de. Ensino médio integrado e a avaliação como instrumento de emancipação. **Estudos aplicados em educação**, v. 8, p. 1-12, 2023. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol8.e20239220>. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/9220. Acesso em: 24 jun. 2025.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 1299–1311, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTtsGtc/?format=pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SILVA, João Luís Coletto da; SILVEIRA, Éder da Silva. Avaliação emancipatória do ensino médio politécnico: experiências etnográficas na Educação Física. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 472–503, 2018. DOI: 10.18222/eae.v0ix.4950. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4950>. Acesso em: 24 jun. 2025.

